



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

CONTRATO Nº 054/FMS/2021.

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E A EMPRESA GOTHAM DISTRIBUIDORA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294/0001-02, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representado neste ato pelo Sr. Diego Xavier de Almeida, carteira de identidade nº 10662016-4 e CPF/MF nº 107.878.427-29, Secretário Municipal de Saúde, e a empresa GOTHAM DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Narciso nº 289 Quadra 7 – Lote 17 e 18 – Vila Canaã – Duque de Caxias/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.640.927/0001-82, representada, nesta ato, por Sr. Claudriano Cavalcante Amorim, portador da identidade nº 26626718-6, órgão expedidor: Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 140.471.387-54, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a aquisição de gêneros alimentícios, de acordo com o processo administrativo nº 0209/2021, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, oriundo da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/FMS/2021 de acordo com os quantitativos indicados abaixo:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Abóbora Moranga - madura, com peso mínimo de 3Kg a unidade.	600	R\$ 1,87	R\$ 1.122,00
2	Abóbriinha extra verde	400	R\$ 1,68	R\$ 672,00
3	Achocolatado (embalagem de 400g) achocolatado em pó, solúvel, contendo a descrição das característic	400	R\$ 4,69	R\$ 1.876,00
4	Açúcar (embalagem de 1kg) refinado especial, acondicionado em embalagem com as características do pr	2500	R\$ 2,68	R\$ 6.700,00
5	Açúcar (embalagem de 6g) granulado, acondicionado em embalagem individual (sachê)	1000	R\$ 0,47	R\$ 470,00
6	Adoçante (embalagem de 200ml) dietético, líquido	200	R\$ 8,91	R\$ 1.782,00
7	Adoçante em pó (Embalagem com 08g)	300	R\$ 0,14	R\$ 42,00
8	Alface	200	R\$ 1,28	R\$ 256,00
9	Alho extra Branco, roxo	400	R\$ 14,82	R\$ 5.928,00
10	Amido (embalagem de 500g) milho, puro	100	R\$ 4,78	R\$ 478,00
11	Arroz (embalagem de 5kg) polido tipo 1, extra, grão longo e fino, acondicionado em embalagem plásti	4500	R\$ 4,50	R\$ 20.250,00
12	Aveia (embalagem de 200 g)	100	R\$ 2,87	R\$ 287,00
13	Azeite (embalagem de 500ml) de Oliva puro	350	R\$ 16,18	R\$ 5.663,00
14	Banana prata extra, com peso médio de 120g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	200	R\$ 2,18	R\$ 436,00
15	Batata Doce extra	600	R\$ 2,37	R\$ 1.422,00
16	Batata Inglesa especial	1050	R\$ 4,13	R\$ 4.336,50
17	Beterraba Extra, sem ramo	240	R\$ 2,48	R\$ 595,20
18	Biscoito Doce (embalagem de 30 gramas)	1440	R\$ 0,58	R\$ 835,20
19	Biscoito doce tipo Maria/Maisena (Pacote 200g)	960	R\$ 1,77	R\$ 1.699,20
20	Biscoito Salgado (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Água	1440	R\$ 0,57	R\$ 820,80



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

21	Biscoito salgado tipo água (Pacote 200g)	960	R\$ 1,85	R\$ 1.776,00
22	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado auto	1590	R\$ 9,20	R\$ 14.628,00
23	Carne bovina (embalagem de 2 kg) Acém, picado em cubos.	960	R\$ 24,12	R\$ 23.155,20
24	Carne bovina (embalagem de 2 kg) Coxão duro, inteiro para assar.	840	R\$ 28,75	R\$ 24.150,00
25	Carne bovina (embalagem de 2 kg) Patinho, fatiado em bife.	600	R\$ 28,70	R\$ 17.220,00
26	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, co	840	R\$ 24,10	R\$ 20.244,00
27	Carne bovina (embalagem de 5kg) Patinho, fatiado em bife, sem osso, com o máximo de 10% de gordura,	840	R\$ 28,71	R\$ 24.116,40
28	Carne, frango Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plás	960	R\$ 10,14	R\$ 9.734,40
29	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embal	960	R\$ 7,59	R\$ 7.286,40
30	Carne, peixe, Pescada, filé cortado em filé, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido	840	R\$ 25,77	R\$ 21.646,80
31	Cebola extra	400	R\$ 2,65	R\$ 1.060,00
32	Cenoura extra	1050	R\$ 2,47	R\$ 2.593,50
33	Chá mate (caixa de 200g) erva mate queimada, contendo a descrição das características do produto.	50	R\$ 2,83	R\$ 141,50
34	Chá(caixa com 10 saquinhos) Erva-doce, camomila ou hortelã acondicionado em caixa, contendo a desc	200	R\$ 1,90	R\$ 380,00
35	Chá(caixa com 10 saquinhos) preto acondicionado em caixa, contendo a descrição das características	30	R\$ 1,90	R\$ 57,00
36	Cheiro-verde - fresco, composto por salsa e cebolinha.	200	R\$ 7,10	R\$ 1.420,00
37	Chicória fresca	200	R\$ 1,79	R\$ 358,00
38	Chuchu extra	600	R\$ 1,36	R\$ 816,00
39	Colorífico (embalagem de 500g) pó	30	R\$ 23,49	R\$ 704,70
40	Couve	200	R\$ 7,18	R\$ 1.436,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

41	Doce (embalagem de 1kg) goiabada, especial, em corte, sem adição de corantes, acondicionado	100	R\$ 8,74	R\$ 874,00
42	Doce (lata de 5 kg) de Leite pastoso	15	R\$ 45,30	R\$ 679,50
43	Doce (lata de 5kg) de Abóbora pastoso		R\$ 51,14	R\$ -
44	Embalagem de quentinha com tampa nº 08, em alumínio com fechamento manual - caixa com 100 unidades	400	R\$ 32,45	R\$ 12.980,00
45	Ervilha em conserva, acondicionado em lata.	300	R\$ 1,89	R\$ 567,00
46	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, crua, fina, contendo a descrição das características do	300	R\$ 3,08	R\$ 924,00
47	Farinha (embalagem de 1kg) trigo especial, contendo a descrição das características do produto.		R\$ 2,84	R\$ -
48	Farinha (embalagem de 300 gramas) - Láctea -	50	R\$ 8,63	R\$ 431,50
49	Feijão (embalagem de 1kg) preto tipo 1, safra nova, acondicionado em embalagem plástica original.	1500	R\$ 7,07	R\$ 10.605,00
50	Fermento (embalagem de 200g) Químico, em pó	20	R\$ 2,34	R\$ 46,80
51	Fubá (embalagem de 1 Kg) - Milho -	300	R\$ 2,33	R\$ 699,00
52	Gelatina (embalagem de 12g) pó, dietética, sabores diversos.	100	R\$ 0,41	R\$ 41,00
53	Gelatina (embalagem de 85g) pó diversos sabores, contendo a descrição das características do produto	500	R\$ 0,90	R\$ 450,00
54	Inhame extra	600	R\$ 3,84	R\$ 2.304,00
55	Laranja pêra com peso médio de 150g, contendo o Kg, no mínimo, 07 unidades	300	R\$ 1,34	R\$ 402,00
56	Leite (embalagem de 300g) pó, desnatado, instantâneo.	20	R\$ 11,40	R\$ 228,00
57	Leite (embalagem de 400 g) pó, integral, instantâneo.	240	R\$ 10,94	R\$ 2.625,60
58	leite integral, embalado em caixa de 1 litro.	2500	R\$ 3,33	R\$ 8.325,00
59	Maçã Nacional - não ácida, com peso médio de 120 g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	200	R\$ 5,45	R\$ 1.090,00
60	Macarrão (embalagem de 500g) espagete massa preparada c/ ovos nº 8 ou 9, contendo a descrição das c	400	R\$ 2,64	R\$ 1.056,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

61	Macarrão (embalagem de 500g) tipo padre nosso, massa preparada com semolina, contendo a descrição	200	R\$ 2,64	R\$ 528,00
62	Mamão Formosa - comum, maduro, com peso variando de 1,5 a 2 Kg a unidade.	300	R\$ 2,73	R\$ 819,00
63	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	400	R\$ 4,08	R\$ 1.632,00
64	Melão com peso variando de 1,5 a 2kg a unidade	400	R\$ 2,47	R\$ 988,00
65	Milho verde (lata de 200g) em conserva, acondicionado em lata.	600	R\$ 1,99	R\$ 1.194,00
66	Mucilagem (embalagem de 400g) milho arroz, acondicionado em lata, contendo a descrição das caract	100	R\$ 6,73	R\$ 673,00
67	Óleo (embalagem de 900 ml) - soja - refinado	360	R\$ 7,75	R\$ 2.790,00
68	Ovos galinha extra, branco, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	1000	R\$ 3,91	R\$ 3.910,00
69	Pimentão verdeextra	250	R\$ 1,84	R\$ 460,00
70	Repolho branco Tamanho médio	600	R\$ 1,29	R\$ 774,00
71	sal	300	R\$ 1,28	R\$ 384,00
72	Sal (embalagem de 1 grama) - embalagem individual -	3000	R\$ 0,31	R\$ 930,00
73	Suco (embalagem de 1Kg)pó, natural, integral não adoçado.	300	R\$ 13,94	R\$ 4.182,00
74	Suco (embalagem de 500ml) líquido, natural, integral não adoçado.	500	R\$ 3,05	R\$ 1.525,00
75	Suplemento alimentar (embalagem de 400g) Complemento ou suplemento, em pó, lácteo, com sacarose ,	50	R\$ 39,01	R\$ 1.950,50
76	Tomate (lata de 300g) extrato concentrado, contendo a descrição das características do produto	900	R\$ 2,64	R\$ 2.376,00
77	Tomate Extra A.	600	R\$ 2,65	R\$ 1.590,00
78	Vinagre (embalagem de 750ml) Embalagem plástica, contendo a descrição das características do pro	400	R\$ 1,45	R\$ 580,00
VALOR TOTAL				R\$: 300.208,70



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi**

Parágrafo único. O presente instrumento regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, em conformidade com o que estatui a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, e Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

Parágrafo único. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e respectivos da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** **documentos**, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;

V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato, no Termo de Referência/Projeto Básico e no Termo de Dispensa/Inexigibilidade, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;

VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;

VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;

VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;

IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;

XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;

XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;

XIV. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

XV. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993;

XVI. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XVII. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção do fornecimento;

XVIII. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ 300.208,70 (trezentos mil, duzentos e oito reais e setenta centavos), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA, na forma do art. 3º, da Lei Federal nº 10.192/2001.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084.

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.303.0015.2105

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.07.00.00.00

DOTAÇÃO: 2463

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi**

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores ajustados.

Parágrafo primeiro. O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento do objeto, nos termos do art. 40, XIV, *a*, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo segundo. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo índice IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo quarto. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

Parágrafo quinto. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

A **CONTRATADA**, até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/1993, a saber:

I. caução em dinheiro;

II. seguro-garantia; e

III. fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do contrato, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

Parágrafo quinto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser **CONTRATADA** somente ocorrerá após o integral fornecimento.

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sétimo. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no termo de dispensa/inexigibilidade de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Prefeitura Municipal de Paracambi
Fundo Municipal de Paracambi**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, 29 de outubro de 2021.

DIEGO XAVIER DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Saúde de Paracambi
Gestor do Fundo Municipal de Paracambi

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____

CPF:

2 - _____

CPF: